


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**
**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009219-83.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Impetrante: **CONRADO PHILIPPE CORNELIO**  
 Impetrado: **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN CIRCUNSCRIÇÃO REGIONAL DE SÃO CARLOS SP e outro**

Justiça Gratuita

**CONCLUSÃO**

Em 07 de abril de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **CONRADO PHILIPPE CORNÉLIO** contra ato praticado pela **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, aduzindo, em síntese, que, ao tentar renovar seu documento de habilitação, foi surpreendido com a negativa da autoridade coatora, ante a existência de dois procedimentos administrativos de suspensão do direito de dirigir instaurados em seu desfavor, sendo um sob o número 1272/11 – no qual lhe foi aplicada a penalidade de suspensão pelo prazo de 2 (dois) meses, e outro sob o número 1036/14, no qual lhe foi aplicada a penalidade de suspensão pelo prazo de 3 (três) meses. Alega que os procedimentos foram unidos e estão com recurso junto a JARI, conforme certidão emitida pela Ciretran local (fls. 25). Aduz que o bloqueio sumário de seu prontuário é ilegal, requerendo a concessão da segurança a fim de renovar sua CNH. A inicial foi instruída com os documentos de fls. 19/55.

A liminar foi deferida (fls. 56/57).

Devidamente notificada (fls. 67/72), a autoridade apontada como coatora prestou informações, aduzindo, em resumo, que o impetrante teve obstado o direito à renovação de sua CNH, pois foi autuado em quatro infrações gravíssimas e multiplicadoras, que geraram quatro portarias eletrônicas que impedem a renovação de seu documento de habilitação e de adição de categoria. Fez referências ao procedimento administrativo de interposição de recurso e seu respectivo trâmite, informando, por fim, o cumprimento da liminar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

A Fazenda do Estado de São Paulo requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fls. 66).

O Ministério Público manifestou-se às fl. 76, declinando de sua atuação na lide, considerando que a medida pleiteada não diz respeito a qualquer das matérias que ensejam sua atuação.

Através do ofício de fls. 82, a Ciretran local informou que o impetrante apresentou sua CNH para recolhimento, abdicando de seu direito de defesa, uma vez que a entrega do Comprovante de Recolhimento e Remoção de CNH é ato de concordância e demonstração de vontade de cumprimento das penalidades. Informou, ademais, que os recursos referentes aos processos administrativos 1036/14 e 1272/11 foram indeferidos, pela JARI, respectivamente em 15/01/2015 e 23/01/2015, encontrando-se cada qual com seu devido trânsito em julgado.

O autor foi intimado para que se manifestasse sobre a informação de fls. 82, quedando-se inerte.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Ante o que foi analisado nos autos, é imperiosa a conclusão de que não houve lesão a direito líquido e certo do impetrante, muito menos ato ilegal ou abusivo da autoridade impetrada, ao menos nesta fase processual, considerando-se o trânsito em julgado dos processos administrativos de números 1036/14 e 1272/11, e a entrega da CNH do impetrante à autoridade impetrada, razão pela qual a DENEGAÇÃO da ordem é medida que se impõe.

De início, por ocasião da impetração da segurança, diante da pendência de recurso administrativo, o bloqueio do prontuário do impetrante revetia-se de ato ilegal, razão pela qual a liminar foi concedida (fls. 56/57). Não é o que acontece neste momento, quando já existe trânsito em julgado da decisão administrativa e o próprio impetrante optou pelo cumprimento das penalidades, conforme se denota das informações copiadas através do ofício de fls. 82, que não foi questionado..

A CNH do impetrante foi entregue em 03/12/2014 (fls. 82).

Assim, não havendo qualquer vício que macule a decisão definitiva na seara administrativa e não havendo notícia do transcurso do prazo fixado para cumprimento das penalidades impostas, a denegação da segurança é de rigor. É o que se extrai, a *contrario sensu*, das ementas a seguir colacionadas:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

**MANDADO DE SEGURANÇA. RENOVAÇÃO DE CNH.**

Aplicação de penalidade antes do encerramento do processo administrativo.

**Recurso pendente de julgamento - Possibilidade de renovação de CNH.**

Inteligência do art. 5º, LV, CF e art. 265, CTB. Segurança concedida. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO. (TJSP, Reexame Necessário nº 0033630-34.2013.8.26.0053, Des. Rel. Isabel Cogan, 2ª Câmara de Direito Público, j. em 05/02/15)

**CNH. Recusa de renovação de carteira de habilitação.**

**Inadmissibilidade. Ausência de decisão com trânsito em julgado na esfera administrativa.** Resolução CONTRAN nº 182/05. Reexame necessário desprovido. (TJSP, Reexame Necessário nº 0000400-32.2013.8.26.0366, Des. Rel. Borelli Thomaz, 13ª Câmara de Direito Público, j. em 04/02/15)

Assim, é de se reconhecer, no caso, que a autoridade impetrada agiu, após a entrega da CNH do impetrante, mediante a apresentação do Comprovante de Recolhimento e Remoção de CNH, dentro dos limites da legalidade.

Ante o exposto, DENEGO a ordem pleiteada e revogo a liminar concedida (fls. 56/57). Não há condenação em honorários advocatícios a teor das Súmulas 105 do STJ e 512 do STF.

Custas na forma da lei.

Oficie-se à autoridade impetrada comunicando-se o teor da presente decisão.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**